



**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS**

**RENOVÁVEIS - IBAMA**

**DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS - DIFAP**

**COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS - CGREP**

---

**ATA DE REUNIÃO**

**3ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL  
DE SARDINHA VERDADEIRA – CGSS**



## ATA DE REUNIÃO

### **3ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE SARDINHA VERDADEIRA - CGSS**

**PERÍODO:** 27 e 28 de novembro de 2007.

**LOCAL:** IBAMA/Centre - Brasília/DF.

A DBFLO/IBAMA promoveu a 3ª reunião do CGSS sob a coordenação da CGFAP/DBFLO, com a participação de representantes do IBAMA/CGFAP, DIPRO, SBF/MMA, e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos na Pesca e nos Portos – CONTTMAF, SITRAPESCA, Organização Não Governamental COPERE, INTERSINDICAL, e alguns Sindicatos do Setor Pesqueiro.

#### **I – ABERTURA.**

A reunião foi aberta pelo Diretor de Uso da Biodiversidade e Florestas do IBAMA, Antonio Carlos Hummel, que agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância dos comitês de gestão para o IBAMA.

Zé Dias sugeriu que cada representante apresentasse um breve relato das questões referentes a cada entidade.

#### **II – APROVAÇÃO DA AGENDA.**

Deu-se a apresentação da agenda e proposição de avaliação ponto a ponto sobre cada contribuição a partir de uma matriz estruturada de acordo com as contribuições enviadas pelos diferentes entidades e instituições. (Anexo I)

Avaliação da divisão das responsabilidades e compromissos entre estado e setor produtivo.

Aprovação da Ata da reunião passada no dia de amanhã.

#### **III - PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DE SARDINHA VERDADEIRA NO BRASIL.**

##### **1- Apresentação da consolidação das propostas encaminhadas pelos estados.**

Zé Dias fez uma pequena avaliação de como o processo avançou nos estados do SE/S, destacando os avanços e dificuldades que ocorreram no período.

Presidente da Colônia do Gradim durante a reunião referente à pesca na Baía de Guanabara, o que prejudicou o processo no estado.

Manoel Julião Serra / RJ (CONTTMAF) – A reunião do RJ foi informada em cima da hora, na véspera e por isso não compareceu.

Ivo Silva – A preocupação se resume a 3 pontos:

Inclusão da isca-viva no defeso. Não existe argumento para convencer o pescador de que têm que respeitar o defeso da sardinha e a captura de isca é liberada.

Embarcações de pequeno porte que possuem um permissão provisória para pesca em lagoas e baías;

Acordo c/ a ABRAPESCA, que envolve a proibição da captura de isca durante a safra da tainha, o que reduziu muito os atritos entre os pescadores artesanais e industriais.

In IBAMA 128/2006 estão de pleno acordo.

Konstantinos/ INTERSINDICAL – As questões que foram enviadas ao IBAMA têm sustentação técnica e estão baseadas numa discussão prévia entre os representantes do setor.

Sugeriu-se a elaboração de uma cartilha para divulgar entre os pescadores para trabalhos de conscientização.

Cláudia – Problemas de fiscalização. A pescaria tem sido + responsável. O trabalho de divulgação de defeso tem sido bom, mas pode ser ainda + fortalecido e a ONG pode auxiliar neste processo.

Julião/RJ – Sobre a questão relacionada pela FEPERJ sobre a legalização de barcos que atuam no interior da B. Guanabara, seria importante que se regularizasse igualmente o petrecho que utilizam, pois não são rastreados.

Espogei/SAPERJ – também levantou a questão de existem pelo menos 6 novas embarcações operando na região. A frota de médio porte que opera na captura de sardinha é clandestina e opera junto c/ a frota antiga.

Ivo Silva/ FEPESC – Informa sobre as embarcações desativadas de Itajaí que são reativadas para operar no RJ, sem permissão.

Faz manifestação sobre a pesca artesanal de subsistência no interior da Lagoa da Conceição +/- 300 Kg sardinha/embarcação (47 embarcações)

Zé Dias – Levanta que um dos cenários possíveis seria tratar as questões regionalizadas para corrigir o permissionamento dos barcos “pequenos” que operam na captura de sardinha.

Apresenta a sugestão em discutir a permissão dos cerqueiros motorizados e a questão das embarcações de cerqueiros ou de emalhe de pequeno porte (tradicional).

Cabo Frio e Angra dos Reis – Problema histórico de Angra em especial sobre a legalização da frota (44)

Julião/RJ – Quando retornava da pescaria em Santos e SC passava na região de Angra onde aproveitava para lavar as redes, encontrava inúmeras embarcações capturando sardinha miúda.

Espogei/SAPERJ – A pesca de cerco em Cabo Frio tinha praticamente acabado. Agora a captura de isca está atuante, única e exclusivamente para atender a frota de Itaipava, prática ilegal.

Konstantinos – Resolveu dar explicações sobre a forma do documento que estava apresentando pela INTERSINDICAL. Levantou a falta de dados que subsidiassem medidas embasadas em resultados. Argumenta que desde a 1ª reunião seria + fácil treinar alguns observadores de bordo e embarcá-los na frota, o que poderia ter gerado informações precisas e atuais para tomada de decisão.

Questiona a SEAP/PR sobre a intenção de regularizar a frota de Itaipava/ES. Considerou um verdadeiro absurdo e levantou qual seria o objetivo da SEAP/PR, levando-se em conta os problemas que se tem com a recuperação dos estoques de sardinha.

Discutiu maior empenho do próprio setor em relação ao apoio na pesquisa para obtenção de isca alternativa para operação dos atuneiros que operam com vara e isca-viva.

Sugere levantar o nº de barcos e não permissionar + ninguém.

Argumenta que reduzir frota não reduz o esforço, pois menos barcos, significa apenas, que um menor número de barcos vai pescar + peixes. O ideal seria então proibir por + tempo a captura, caso haja abuso. Ao invés de 6 meses de defeso, serão 8 ou 10 meses ou coisa parecida.

Zé Dias - Argumenta que estaria tido sido garantido recursos para realização da ecointegração e que isto traria ao grupo dados importantes referentes a disponibilidade de biomassa e que com observadores de bordo este levantamento não seria possível, embora o trabalho de observadores de bordo.

Pondera algumas considerações apresentadas e sugere que algumas questões sejam identificadas. Considerou que a frota de Itaipava/ES não pode corresponder a 650 barcos, pois em levantamento anterior, existia algo em torno de 350 barcos e que não operavam exclusivamente a sardinha. Questiona porque eles são ilegais. Avaliou que devem ser investigados para conferir quantos são.

Espogeiro – Argumenta que como isca “viva”, utilizam apenas a sardinha, que isca “morta” pode ser outra espécie. Argumenta que esta frota não opera apenas em Itaipava, eles se deslocam até o Chuí

Este dado (105), não caiu do céu. Em 2006, quando houve o 1º problema da corvina, a SEAP verificou quando barcos estavam em operação para permissioná-los para a captura de corvina (105).

Em 2006, no banco da SEAP existiam inúmeros barcos que não estavam operando.

Konstantinos – Para nós, o objetivo deste Comitê seria o de identificar onde estão os excessos de exploração do recurso e restringir novos grupos ou novos interesses que deverão ser excluídos deste direito.

Julião/RJ – Estes barcos operam em áreas que não deveriam ser autorizados. Não fazem as vistorias na Capitania, Colocam as tinas sobre os porões e coloca em risco inclusive a vida no mar.

Saldanha – Antes de trabalhar em ordenamento pesqueiro, operei na área de planejamento, por isso para se planejar é necessário se conhecer a realidade. Pelo exposto, se verifica, que existem uma série de dados desconhecidos e, portanto, como tomar decisões, sem que esta situação seja completamente identificada.

Estes detalhes precisam ser conhecidos para que possamos tomar decisão, ficando claro que o que existe, não significa exatamente a situação desejada e que deva ser assumida para solucionar o problema relacionado a este recurso.

Quanto ao permissionamento, que foi questionado e que foi colocada à consulta pública. A proposta não foi de se regularizar 650 barcos, mesmo porque, o disponibilizado para consulta foi gerado em conjunto c/ o IBAMA.

A frota de Itaipava não é irregular, pois é permissionada para atuar c/ espinhel e não emprega apenas a sardinha como isca, utilizando outras espécies. Só para se ter uma idéia, não estava previsto a modalidade de emalhe na captura de sardinha e agora estamos verificando que existe uma frota de

artesanais que opera na modalidade emalhe, na captura de sardinha.

Konstantinos – A questão levantada como de ignorância foi referida, pois a SEAP participou desde o início sobre a necessidade de se proteger o recurso, logo, não seria esperado que a SEAP admita a possibilidade de regularização deste frota para continuar atuando sobre este recurso sob controle.

Espogeiro – Com relação ao nº de embarcações, existe um relatório encaminhado ao ICAAT em 2006, onde 497 embarcações já tinham sido identificadas nesta prática. Portanto, não está muito longe do número atualmente informado. Apenas não temos como afirmar que todas utilizam a sardinha.

Cláudia – Até que ponto o setor pode ajudar na parte do ECOSAR? Observador de bordo é muito interessante e deve ser mais explorado. Sabe-se que alguns observadores são maltratados. A parte da isca-viva tomou conhecimento de um trabalho no RJ de um rapaz no RS que não emprega isca-viva e usa atratores. Sugere a padronização de pesquisas.

Zé Dias – A utilização de observadores de bordo é um problema mal resolvido e o ideal seria que o Estado pudesse bancar, pois segundo o Espogeiro, fica difícil haver um bom relacionamento entre tripulação e os observadores que são mais bem remunerados.

Jairo – Se estamos falando em redução de frota de traineiras, como Cabo Frio pode sugerir a legalização desta frota? Vão para o Sul, completamente irregulares, e dão trabalho ao Sindicato para devolvê-los ao porto de origem.

Zé Dias – Proposta: Caracterizar a frota cerqueira, a frota de atuneiros que utiliza isca-viva, a frota de Itaipava e a frota de artesanais e sobre que recurso estão direcionados e em que período do ano.

Konstantinos - O barco tem que obrigatoriamente ser despachado pela Marinha, logo, a consulta a esta fonte agilizaria muito a conferência destes dados de frota.

Não concorda c/ a definição de áreas de exclusão à atividade das traineiras, mas concorda em definir um distanciamento mínimo para evitar conflito com os artesanais.

Com a proibição da captura de corvina pelas traineiras houve um aumento significativo de esforço sobre a sardinha no final do ano. O que viabilizou as traineiras em 2007 foi a safra de tainha.

Serafim – se fala muito em sustentabilidade, redução de frota, mas ninguém está preocupado com a indústria, que está sendo colocada um pouco a parte das discussões. Hoje apenas 3 em operação demandam cerca de 90.000 ton./ano. O custo altíssimo da sardinha em relação a outros locais (EUA, Marrocos, URSS), isto provoca uma redução no consumo. Deve-se considerar a importância deste segmento, pois a tecnologia aplicada hoje nas indústrias brasileiras de conserva de pescado é a mais avançada do mundo.

Quando a sardinha fica disponível em localidades com estrutura deficiente, como ocorreu este ano, o processo de transferência é elevadíssimo.

Como sustentar a atividade da indústria que opera diariamente e emprega de 1.500 a 1.800 empregados com as restrições apresentadas pelo Plano.

Assinamos o acordo há cerca de 3 anos para viabilizar a implementação do Plano, e não temos o retorno, sendo que a isenção de impostos de importação não saiu até hoje

Konstantinos – houve uma compreensão do setor que entendeu e concordou com a importação de sardinha para viabilizar a manutenção da atividade industrial.

Ana Maria – Quanto à tolerância de captura de sardinha deve-se avaliar a proposta do SEPESCA, AMPROMAR e SITRAPESCA, que propõem a parada total das traineiras durante o defeso de desova.

Saldanha – À medida que existe uma tolerância, significa dizer que a traineira será autorizada a

pescar alguma coisa e no permissionamento esta possibilidade não está contemplada. Logo, isto deve ser definido pelo Plano? Se isto não estiver contemplado, como definir alguma tolerância?

Konstantinos – Excluir a possibilidade da frota de Itaipava poder utilizar a sardinha com isca para a captura de atuns.

Espogeiro – Considera uma regressão retornar à questão dos artesanais iscarem para atender a demanda dos atuneiros, conforme a proposta apresentada por Cabo Frio.

Konstantinos – propor um defeso proporcional à biomassa capturada de isca-viva para os atuneiros em relação à captura total de sardinha.

Julião – Não se pode propor um defeso para o atum.

Zé Dias – Pode se proibir o emprego da sardinha como isca-viva em algum período do ano.

Konstantinos argumenta que o limite proposto como objetivo de produção em 120 mil ton. Com o tempo de pesca autorizada, dificilmente seria possível atingir este patamar, logo, parece que não ocorre recuperação.

Espogeiro justifica a divergência entre o volume de captura entre 120 a 140 mil toneladas apoiado pela SAPERJ, em relação às 80 mil ton. Colocado pela INTERSINDICAL. Informa que pela 1ª vez se capturou sardinha nos 140 metros de profundidade.

Zé Dias submete acatar como ponto de referência, considerando um prazo de 10 anos as 120 mil ton.

Serafim - Ano passado a Gomes da Costa comprou 6.500 ton. e neste ano isto foi o dobro (12.000 ton.), sendo que a concorrente comprou 14.000 ton.(Coqueiro) e a FEMEPE (9.000 ton.). Em Santos a sardinha fica estragando no porão do barco porque não tem gelo, não tem caminhão, dentre outros problemas de infra-estrutura.

Espogeiro – Há muitos anos não se obtém uma produção como se obteve este ano.

Zé Dias – Não devemos alimentar a justificativa de que o recurso está escondido em outras áreas. A sardinha não desaparece, mas se torna economicamente inviável, sendo muito vulnerável às variações oceanográficas.

## **Dia 28/11/07**

Konstantinos – questiona porque não se decide de imediato a proibição da captura de sardinha pela frota de Itaipava.

Zé Dias – Defende a manutenção do debate antes de uma decisão final, considerando que envolve uma frota que é administrada no âmbito de outro Comitê.

Proposta: O segmento produtivo, neste ato representado pelos que operam na modalidade “traineiras” e a indústria conserveira do Sudeste e Sul defende, de forma consensuada, que a frota espinheira de Itaipava/ES tenha suspenso, imediatamente, o direito de uso de sardinha como isca-viva na captura de dourado.

Zé Dias – Só recebe o seguro de defeso o pescador que atua em embarcação permissionada.

Sugere que seja interligar os bancos de dados da SEAP/PR e Ministério do Trabalho para maior controle de aplicação do seguro Defeso.

A proposta de paralisação da frota de traineiras durante o defeso de desova, apresentada pela SEPESCA, AMPROMAR e SITRAPESCA, que não consta no Plano de Gestão da sardinha, será pauta de discussão futura.

A compra das embarcações permissionadas pelo Estado, que fiquem fora da pesca por adequação do tamanho da frota foi um posicionamento sugerido por Angra dos Reis e aprovado pela Plenária.

Proposta do CGSS de revisão de Portarias (P. 96/97; P. 68/03 e P. 17/99-RESEX), tendo em vista a necessidade de adequação das referidas normas para ser possível o atingimento dos objetivos previstos no

Serafim – De acordo com a indústria conserveira já existe um acordo entre armadores e indústria que encontra-se na SEAP/PR, sobre a questão relacionada às alíquotas de importação.

### **Propostas e revisão dos pontos acordados da matriz apresentada:**

1) Zé Dias – Decisão de limitação de frota na próxima reunião  
Frota permissionada/ frota de operação, limite de esforço (nº de barcos)

Programação: Até 15/01/08 envio de dados ao Sebastião Saldanha-Neto  
Até 29/02/2008 reunião de consolidação dos dados da frota para disponibilizar para o CGSS.

2) Área de Exclusão à Pesca – Prazo: 29/02/2008 para disponibilizar

3) Tamanho Mínimo: Discutir com os atuneiros a possibilidade de definir tamanho mínimo para a sardinha como isca-viva.

4) Revisão da legislação: Defeso: em relação ao período definido entre o início do defeso e dias em que é permitido o desembarque.

5) Datas Programadas para próximas Reuniões

Apresentação da matriz estruturada durante a reunião do CGSS, cujas propostas não estão consensuadas e devem ser ajustadas agregando-se as novas informações disponibilizadas, para subsidiar a 4ª reunião CGSS.

Abril/2008 – Reuniões estaduais

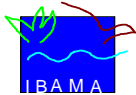
Maior/2008 – Reunião do Subcomitê Científico

Junho/2008 – 4º Reunião do CGSS

## **IV – INFORMES**

## **V - ENCERRAMENTO**

José Dias, Coordenador do CGSS encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.



**IBAMA/MMA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE AUTORIZAÇÃO DE USO E GESTÃO DE FAUNA E RECURSOS**  
**PESQUEIROS - CGFAP**

**3ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE**  
**SARDINHA VERDADEIRA - CGSS**

**Período:** 27 e 28 de novembro de 2007

**Local:** Brasília/DF – CENTRE - IBAMA

<b>Data</b>	<b>PROPOSTA DE AGENDA</b>
7 27/11/0	I – ABERTURA.  II – APROVAÇÃO DA AGENDA.  III – PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DE SARDINHA VERDADEIRA NO BRASIL. 1 – Apresentação da consolidação das propostas encaminhadas pelos estados; (Coordenador Substituto do CGSS);  2 – Discussões;  3 – Apresentação e discussão dos compromissos e responsabilidades dos representantes do Comitê com o Plano; e,  4 - Encaminhamentos.
7 28/11/0	IV – INFORMES:  1 - IBAMA/DBFLO;  2 – IBAMA/DIPRO;  3 – SEAP/PR;  4 – Outros componentes do Comitê.  V – ENCERRAMENTO.



## LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Clemeson J. Pinheiro	IBAMA/DIFAP/GREP/COOPE	(61) 3316-1202	<a href="mailto:clemeson.silva@ibama.gov.br">clemeson.silva@ibama.gov.br</a>
Ivo da Silva	CNPA	(48) 3028-1558	<a href="mailto:fepesc@pop.com.br">fepesc@pop.com.br</a>
Jacinta de Fátima O. Dias	IBAMA/DIFAP/GREP/COOPE	(61) 3316-1228	<a href="mailto:jacinta.dias@ibama.gov.br">jacinta.dias@ibama.gov.br</a>
Jairo da Veiga	SITRAPESCA	(47) 3348-4833	<a href="mailto:stpesca@terra.com.br">stpesca@terra.com.br</a>
José Dias Neto	IBAMA/DIFAP/CGREP	(61) 3316-1480	<a href="mailto:jose.dias-neto@ibama.gov.br">jose.dias-neto@ibama.gov.br</a>
Konstantinos Meintanis	Intersindical	(48) 3244-1286	<a href="mailto:florimar@matrix.com.br">florimar@matrix.com.br</a>
Manuel Julião Serra	CONTTMAF	(21) 2516-4303	<a href="mailto:conttmaf@conttmaf.org.br">conttmaf@conttmaf.org.br</a>
Marcela Trajano	SEAP/PR	(61) 3218-3890	<a href="mailto:marcela.trajano@seap.gov.br">marcela.trajano@seap.gov.br</a>
Roberto Gallucci	MMA/DCBIO	(61) 4009-9550	<a href="mailto:roberto.gallucci@mma.gov.br">roberto.gallucci@mma.gov.br</a>

**PLANO DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE SARDINHA VERDADEIRA  
3ª REUNIÃO DO CGSS**

**QUADRO CONSOLIDADO DE PROPOSTAS DOS ESTADOS**

**I – PROPOSTAS PRIORITÁRIAS**

<b>PROPOSTAS DE MEDIDAS</b>	<b>ENTIDADE</b>	<b>POSIÇÃO POR ENTIDADE</b>	<b>POSIÇÃO DA 3ª REUNIÃO DO CGSS</b>
<b>1- Tamanho da frota/permissionamento (equivalente a 80 barcos padrão ou 97 embarcações p/ os 3 estados)</b>	<b>SAPERJ</b>	<b>Definir após debate com o setor.</b>	<b>1 – <u>Frota traineira:</u></b> - Levantar a frota permissionada; - Levantar a frota em operação; - Definir limite de esforço (nº de barcos)  <b>2 – <u>Frota de emalhe – lagunas</u></b> - Levantar a frota que depende da sardinha - Artes de pesca utilizadas – características – definir soluções  <b>3 – <u>Frota que utiliza a isca viva</u></b> - Bonito listrado - Itaipava - dourado  <b>4 – <u>Prazo:</u> até 29-02-08</b>  -até 15-01-08 coleta e entrega de informações disponíveis; -consolidação até 29-02-08; -apresentação 4ª reunião.
	<b>SINDIPI</b>	<b>Condiciona ao novo sistema de permissionamento e levantamento da frota em atuação.</b>	
	<b>INTERSINDICAL</b>	<b>Dimensionar a frota atual e proibir a entrada de novas traineiras</b>	
	<b>Setor-SP</b>	<b>Definir após levantamento da frota em atuação</b>	
	<b>ABRAPESCA</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>FEPERJ</b>	<b>Legalizar a frota que opera com cerco e rede de espera na Baía da Guanabara</b>	
	<b>Setor – Cabo Frio e Arraial do cabo</b>	<b>Legalizar as traineiras em operação na região</b>	

	<b>Angra dos Reis-RJ</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadastrar e permissionar toda a frota que pesca sardinha a partir de 2004;</li> <li>- Ajustar de forma gradual o tamanho da frota, após resultado de pesquisa;</li> <li>- Estado comprar embarcações que perderem permissão com a adequação da frota;</li> <li>- Calcular o poder de pesca considerando características das embarcações, tamanho de rede e produtividade.</li> </ul>	<p><b>5 – <u>Coordenação</u>: SEAP/PR</b></p> <p><b>6 – <u>Definir limites para o esforço de pesca</u>: na 4ª reunião do CGSS</b></p>
<b>PROPOSTAS DE MEDIDAS</b>	<b>ENTIDADE</b>	<b>POSIÇÃO POR ENTIDADE</b>	<b>POSIÇÃO DA 3ª REUNIÃO DO CGSS</b>
<b>2- Áreas de exclusão à pesca</b>	<b>SAPERJ</b>	Estabelecer localmente e em períodos reprodutivos das outras espécies	Levantamento das diferentes áreas de exclusão para proteção das varias espécies controladas para efetuar compatibilização com a que venha ser definida para sardinha
	<b>SINDIPI</b>	Não se posicionou	

	<b>INTERSINDICAL</b>	<b>Definir distanciamento mínimo, evitar conflito com artesanais</b>	<p>- <u>Prazo p/ o levantamento</u>: até 29/02/08</p> <p>- <u>Coordenação</u>: CEPSUL</p> <p>- <u>Definir possíveis encaminhamentos para áreas de exclusão</u>: na 4ª reunião do CGSS</p>
	<b>Setor-SP</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>ABRAPESCA</b>	<b>Contrário</b>	
	<b>FEPERJ</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>Setor – Cabo Frio e Arraial do cabo</b>	<b>Aprofundar as discussões (5 milhas)</b>	
	<b>Angra dos Reis-RJ</b>	<b>Não se posicionou</b>	
<b>3- Tamanho mínimo de captura (17 cm, com 10% de tolerância)</b>	<b>SAPERJ</b>	<b>Manter</b>	<b>Manter as regras atuais</b>
	<b>SINDIPI</b>	<b>Manter</b>	
	<b>INTERSINDICAL</b>	<b>Manter</b>	
	<b>Setor-SP</b>	<b>Manter</b>	
	<b>ABRAPESCA</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>FEPERJ</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>Setor – Cabo Frio e Arraial do cabo</b>	<b>Manter</b>	
	<b>Angra dos Reis-RJ</b>	<b>Não se posicionou</b>	
<b>4 – Tolerância de desembarque de sardinha-verdadeira durante os defesos (hoje é de 8%)</b>	<b>SAPERJ</b>	<b>Aumentar para 10%</b>	<p><b>Definir possível tolerância se continuar existindo pescaria alternativa durante os defesos.</b></p> <p>- <u>Definir limites de tolerância</u>,</p>
	<b>SINDIPI</b>	<b>Aumentar para 10%</b>	
	<b>INTERSINDICAL</b>	<b>Aumentar para 10%</b>	

	Setor-SP	Não se posicionou	<b>se for o caso: na 4ª reunião do CGSS</b>
	ABRAPESCA	Não se posicionou	
	FEPERJ	Não se posicionou	
	Setor – Cabo Frio e Arraial do cabo	Não se posicionou	
	Angra dos Reis-RJ	Não se posicionou	
<b>5 - Defeso</b>	SAPERJ	Manter	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Manter as regras atuais</li> <li>-avaliar o prazo limite de desembarque da sardinha após início do defeso.</li> </ul>
	SINDIPI	Manter	
	INTERSINDICAL	Manter	
	Setor-SP	Manter	
	ABRAPESCA	Não se posicionou	
	FEPERJ	Não se posicionou	
	Setor – Cabo Frio e Arraial do cabo	Regionalizar	
	Angra dos Reis-RJ	Comentário positivo	
<b>6 – Uso da sardinha verdadeira como isca-viva para a captura de bonito listrado</b>	SAPERJ	Manter	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter as regras atuais. Buscar iscas alternativas.</li> <li>- Definir data limites para substituição do uso de sardinha pela frota de bonito listrado.</li> <li>- Discutir a possibilidade de não permitir o uso de sardinha como isca-viva para qualquer outra modalidade de pesca.</li> <li>- Só permitir a captura de isca-</li> </ul>
	SINDIPI	Manter	
	INTERSINDICAL	Manter	
	Setor-SP	Manter	
	ABRAPESCA	Manter	
	FEPERJ	Não se posicionou	
	Setor – Cabo Frio e Arraial do cabo	Manter como a frota artesanal realizando as capturas	

	Angra dos Reis-RJ	Defende o fornecimento de isca-viva por barcos de pequeno porte	viva pelos próprios atuneiros  - <u>Definir posicionamento:</u> na 4ª reunião do CGSS
7 - Incluir a paralisação da pesca de juvenis de sardinha verdadeira como isca-viva nos defesos.	SAPERJ	Contrario	Discutir e avaliar as seguintes alternativas: -defeso parcial -proibir no defeso de recrutamento a captura de sardinha como isca-viva -prazo de transição para proibição da sardinha como isca relacionado a definição de isca alternativa.  - <u>Definir posicionamento:</u> na 4ª reunião do CGSS
	SINDIPI	Não se posicionou	
	INTERSINDICAL	O tempo de Defeso para o setor de atuneiro deverá ser proporcional a captura total estimada de sardinha	
	Setor-SP	Não se posicionou	
	ABRAPESCA	Contrario	
	FEPERJ	Não se posicionou	
	Setor - Cabo Frio e Arraial do Cabo	Não se posicionou	
	Angra dos Reis-RJ	Não se posicionou	
8 - Ponto de referência para recuperação da Biomassa de sardinha-verdadeira (Acima de 200 mil toneladas)	SAPERJ	Concorda	-concordância  -manter a realização de dois ecointegradores por ano
	SINDIPI	Concorda	
	INTERSINDICAL	Concorda	
	Setor-SP	Não se posicionou	
	ABRAPESCA	Não se posicionou	
	FEPERJ	Não se posicionou	

	<b>Setor - Cabo Frio e Arraial do Cabo</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>Angra dos Reis-RJ</b>	<b>Comentário positivo</b>	
<b>9 - Ponto de referência para produção (para 120-140 mil toneladas)</b>	<b>SAPERJ</b>	<b>Concorda</b>	<b>Estabilização da captura total anual de sardinha no patamar de 120.000 t, num horizonte de recuperação gradual do estoque</b>  <b>--manter a realização de dois ecointegradores por ano</b>
	<b>SINDIPI</b>	<b>100 mil toneladas</b>	
	<b>INTERSINDICAL</b>	<b>80 mil toneladas</b>	
	<b>Setor-SP</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>ABRAPESCA</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>FEPERJ</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>Setor - Cabo Frio e Arraial do Cabo</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>Angra dos Reis-RJ</b>	<b>Comentário positivo</b>	
<b>10 - Subsídios ao óleo diesel:</b>  <b>Manter somente para as embarcações permissionadas</b>	<b>SAPERJ</b>	<b>Não se posicionou</b>	<b>Manter as regras atuais E buscar interação dos sistemas de controle e fiscalização</b>
	<b>SINDIPI</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>INTERSINDICAL</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>Setor-SP</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>ABRAPESCA</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>FEPERJ</b>	<b>Não se posicionou</b>	
	<b>Setor - Cabo Frio e Arraial do Cabo</b>	<b>Não se posicionou</b>	

	Angra dos Reis-RJ	Não se posicionou	
11 – Proibição do uso de sardinha jovem como isca-viva para a frota de pesca de espinhel	SAPERJ	Concorda	<p>- Suspender de imediato a utilização de sardinha viva como isca pela frota de espinhel ( posição do setor produtivo presente na reunião)</p> <p>-Discutir a proibição do uso de sardinha como isca viva para a frota de espinhel</p> <p>- <u>Definir posicionamento:</u> na 4ª reunião do CGSS</p>
	SINDIPI	Concorda	
	INTERSINDICAL	Concorda	
	Setor-SP	Não se posicionou	
	ABRAPESCA	Não se posicionou	
	FEPERJ	Não se posicionou	
	Setor - Cabo Frio e Arraial do Cabo	Não se posicionou	
Angra dos Reis-RJ	Não se posicionou		
12 – Uso do seguro defeso	SAPERJ	Não se posicionou	<p>-Só receber quem está pescando em barco permissionado.</p> <p>- Interligar os bancos de dados da SEAP e do MTE para aplicação do seguro defeso</p> <p>- Rever a legislação referente ao tema</p> <p>- <u>Definir posicionamento:</u> na 4ª reunião do CGSS</p>
	SINDIPI	Não se posicionou	
	INTERSINDICAL	Não se posicionou	
	Setor-SP	Não se posicionou	
	ABRAPESCA	Não se posicionou	
	FEPERJ	Não se posicionou	
	Setor - Cabo Frio e Arraial do Cabo	Não se posicionou	
Angra dos Reis-RJ	Comentário positivo e para o pescador		



		<b>embarcado remete a necessidade de revisão da legislação</b>	
--	--	--	--



<p><b>3 – Acordo de pesca no período de safra da tainha (SC)</b></p>			<p>- Situação específica do Estado de SC - Informação FEPESC</p>
<p><b>4 – Programa de treinamento para pescadores e patrões de pesca, que forem realocados em outras pescarias</b></p>			<p>-Apresentado Setor de Angras dos Reis-RJ -Discutir nos Estados - <u>Definir posicionamento</u>: na 4ª reunião do CGSS</p>
<p><b>5 – Estado comprar as embarcações que ficarem fora da pesca pela adequação da frota</b></p>			<p>-Apresentado Setor de Angras dos Reis-RJ - Apenas as embarcações permissionadas - <u>Definir posicionamento</u>: na 4ª reunião do CGSS</p>
<p><b>6 – Calcular o poder de pesca considerando as características dos barcos, das redes e a produtividade</b></p>			<p>-Apresentado Setor de Angras do Reis-RJ</p>

			<p>– <b><u>Definir posicionamento:</u></b> na 4ª reunião do CGSS</p>
<p><b>7 – Ajuste das Portarias 96/97, 68/03 e 17/99 (RESEX-RJ)</b></p>			<p>- Ponto levantado pelo IBAMA</p> <p>– <b><u>Definir posicionamento:</u></b> na 4ª reunião do CGSS</p>
<p><b>8 – Definir alíquota e cotas de importação de sardinha quando dos defesos</b></p>			<p>- Existe acordo formalizado entre indústrias enlatadoras e armadores aguardando aplicação pelo setor competente do Estado.</p> <p>– <b><u>Definir posicionamento:</u></b> na 4ª reunião do CGSS</p>
<p><b>9- -discutir com o setor atuneiro o tamanho mínimo para as sardinhas como isca-vivas</b></p>			<p>– <b><u>Definir posicionamento:</u></b> na 4ª reunião do CGSS</p>
<p><b>10 – Adequar a composição do CGSS</b></p>	<p><b>IBAMA</b></p>		<p><b>8 componentes do setor pesqueiro e 8 do Estado</b></p> <p>– <b><u>Definir posicionamento:</u></b> na 4ª reunião do CGSS</p>